

CIBEC/INEP



B0030556

9^o

FÓRUM NACIONAL DOS
DIRIGENTES MUNICIPAIS
DE EDUCAÇÃO

É POSSÍVEL UM BRASIL BEM EDUCADO



F
37 (81)
F745p

Brasília-DF, 7, 8 e 9 de maio de 2003.

**9º FÓRUM NACIONAL DOS
DIRIGENTES MUNICIPAIS
DE EDUCAÇÃO**

**É POSSÍVEL
UM BRASIL
BEM EDUCADO**



Brasília-DF, 7, 8 e 9 de maio de 2003.

Prezado(a) Senhor(a),

1 - A CHANCE

Quis o destino, pessoal e nacional, que coubesse a nós a tarefa de conduzir a educação do povo brasileiro, auxiliando nossos Prefeitos, Governadores, Ministros, Secretários Estaduais e Municipais e o Presidente da República, neste momento da história do Brasil. Muitos outros ocuparam antes os cargos de Secretário e Ministro, mais com a tarefa de administrar a realidade do que mudá-la.

2 - A TRAGÉDIA

No começo do século XXI, vivemos um momento especial: toda a sociedade brasileira, seus empresários, líderes sindicais, imprensa, governadores, prefeitos e o Presidente demonstram a necessidade de mudarmos a realidade da educação no Brasil. Ninguém aceita que mantenhamos, ao longo das próximas décadas, a tragédia que representa a educação de nossas crianças e do povo brasileiro em geral.

QUADRO DA TRAGÉDIA EDUCACIONAL BRASILEIRA

1,3 milhão de crianças entre 10 e 17 anos estão trabalhando em vez de estudar e mais de 4,8 milhões são obrigadas a trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

4,3 milhões de crianças entre 4 e 14 anos e 2 milhões de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola.

73,1% dos brasileiros com 18 anos ou mais não concluem o ensino médio.

14,9 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais são analfabetos e 33 milhões não sabem ler, embora tenham sido formalmente alfabetizados.

28% da população com 11 anos ou mais não completam a 4ª série.

48% dos professores sofrem da síndrome da desistência, não vêem mais o aluno como um ser em evolução.

52% dos alunos da 4ª série não dominam habilidades elementares de matemática.

59% dos alunos da 4ª série não sabem ler adequadamente.

66,8% dos jovens de 18 a 24 anos não concluem o ensino médio.

A média salarial dos professores do ensino básico é de R\$530,00, sendo que 80% ganham em média R\$360,00.

No Brasil, uma criança da Amazônia entre 7 e 14 anos tem 7 vezes menos chance de frequentar a escola que uma criança do Distrito Federal.

Percentual dos que atingem a 5ª série

Costa Rica	90%
Coreia	99%
Brasil	71%

Somente 42% da população com 15 anos ou mais completam a 8ª série.

Entre 31 países investigados, o Brasil ficou em último lugar na média de desempenho em Matemática.

Um adolescente pobre entre 12 e 17 anos tem cinco vezes menos chance de frequentar escola que um adolescente de classe média ou alta.

Uma criança brasileira entre 7 e 14 anos, filha de mãe com baixa escolaridade, tem onze vezes menos chances de frequentar a escola que uma criança filha de mãe com alta escolaridade.

Um brasileiro de classe média gasta 80 vezes mais em educação, ao longo da vida, do que um brasileiro pobre. São R\$250.000,00 contra R\$3.200,00.

Uma criança brasileira de cor negra entre 7 e 14 anos tem duas vezes menos chances de frequentar a escola do que uma criança de cor branca.

3-0 ABSURDO

Os vulcões, terremotos e secas são tragédias, mas não são absurdos, por ser naturais. A deseducação em países muito pobres é trágica, mas não é absurda, por ser impossível evitá-la.

No Brasil, a tragédia é absurda, porque ocorre ao redor de uma riqueza que permitiria superá-la. Bastaria aumentar a dedicação dos professores, melhorar sua formação, pagar-lhes salários compensadores, usar a capacidade de construir e equipar de que já dispomos, para em pouco tempo garantir no País uma educação equivalente aos melhores padrões do mundo. Isso não exigiria mais do que 7% da Renda Nacional.

Mesmo considerando a necessidade de manter o superavit fiscal, o pagamento de juros, os gastos com previdência, ainda assim bastaria canalizar 7% do PIB para o Brasil ter a educação de que suas crianças necessitam.

QUADRO DO ABSURDO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Em 2002, gasto anual com:

Sacrifício fiscal da União no IR à classe média e alta para subsídio à educação	R\$1 bilhão
Bolsa-escola para atender 10 milhões de crianças	R\$1,5 bilhões
Efetivamente com dívida pública interna	R\$95,5 bilhões
Efetivamente com dívida pública externa	R\$24,6 bilhões
Viagens e diárias no MEC, incluindo as universidades, CEFETs e Escolas Agrotécnicas federais	R\$84 milhões
Pessoal ativo do MEC	R\$5,5 bilhões

Média de salários dos docentes da educação básica:

Rede federal	RS 1.527,00
Rede estadual	R\$585,00
Rede municipal	R\$379,00
Rede particular	R\$675,00
Média Brasil	R\$530,00

Fonte: Censo do Professor/1997

Salário médio mensal de um servidor público:

Professor da educação básica	R\$881,00
Professor do ensino superior	R\$2.534,00
Profissionais de informática	R\$2.302,00
Engenheiros e Arquitetos	R\$2.274,00
Cientistas sociais e psicólogos	R\$1.395,00
Profissionais de administração	R\$2.954,00
<u>Profissionais de comunicação</u>	<u>R\$1.046,00</u>

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000

No Brasil, gasto anual médio por aluno:

Rede Pública Municipal (ensino fundamental)	R\$718,00
Rede Pública Estadual (ensino fundamental)	R\$622,00
Rede Pública Estadual (ensino médio)	R\$609,00
Rede Pública Federal (ensino médio)	R\$2.240,00
Universidade Estadual	R\$8.566,00
Universidade Federal	R\$ 11.992,00
<u>Bolsista da CAPES no exterior</u>	<u>US\$22,1</u>

* Gastos não incluem pagamentos a inativos/pensionistas (dados 1999)

Salário médio anual inicial de um professor do ensino fundamental (em US\$)*:

	Salário:	Salário/PIB <i>per capita</i> :
No Brasil	7,420	1.05
Na Argentina	9,027	0.74
No México	11,235	1.35
Na França	20,189	0.88
Na Coreia do Sul	26,300	1.67
<u>Nos EUA</u>	<u>27,631</u>	<u>0.87</u>

* Para uma jornada de trabalho entre 30 e 40 horas/semana

Fonte: Education at a Glance (OCDE)

O Brasil gastou com educação:

4,4% do PIB, sendo:

44% pelos estados

39% pelos municípios

17% pela União

4 - A IRRACIONALIDADE

No caso de outros países pobres, a deseducação da população é consequência da pobreza; no caso do Brasil a pobreza é consequência da falta de educação e da irracionalidade da política orçamentária dos governantes e da baixa dedicação da elite à educação.

O Presidente Lula costuma falar do "custo da omissão" - o custo de não fazer as coisas certas no momento oportuno. No dia 23 de abril do corrente, em solenidade na Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Presidente perguntou: "Quanto está custando ao Brasil não termos alfabetizado todos os brasileiros há 30 ou 50 anos?" A mesma consideração pode ser feita em relação a outros itens do sistema educacional.

O QUADRO DA IRRACIONALIDADE

Cada ano a mais na escolaridade de uma pessoa aumenta seu salário em 12%, em média. Se todos os brasileiros tivessem um ano a mais de escolaridade, em poucos anos o PIB poderia crescer entre 6% e 8%.

Se nenhuma criança fosse repetente (8 milhões em 2002), o Brasil pouparia cerca de R\$8 bilhões por ano.
(Dados INEP)

Para alfabetizar todos os adultos analfabetos, o custo será de R\$450 milhões/ano durante quatro anos, e a renda brasileira crescerá em R\$5 bilhões por ano daí para frente.
(Dados PNAD e estudos de Ricardo Paes de Barros)

Ao longo dos anos, prefeituras e municípios gastaram milhões de reais para pagar frentes de trabalho que empregavam homens e mulheres, obrigados a deixar os filhos trancados sozinhos em casa. Essas crianças nunca terão bom desempenho na escola, sendo reprovadas. Os governos gastam fortunas com essas repetências. Muito mais eficiente teria sido pagar os pais ou mães para ficarem cuidando dos filhos no lugar de pintarem meio fio nos bairros dos ricos.

5 - AS PERDAS

Costumava-se dizer, e não é de todo falso, que o Brasil gasta pouco com educação. Mas evita-se falar em quanto o Brasil desperdiça, por ineficiência, descuido, relaxamento ou desvio, dos R\$72,6 bilhões que são aplicados na educação brasileira.

Uma redução de desperdícios da ordem de 10% nos gastos atuais com educação permitiria aumentar em 72% o salário de todos os professores do ensino básico, que custam hoje cerca de R\$ 12 bilhões por ano.

Se fosse possível evitar 15 faltas anuais de cada professor do ensino básico, seria possível a contratação de 150 mil novos professores, ou o aumento de 7,5% nos salários dos professores.

6 - AS METAS

Em um país federativo, onde a educação básica é radicalmente descentralizada e a cargo dos estados e municípios, o Governo Federal não tem os instrumentos necessários para executar políticas que permitam mudar a realidade educacional; ao mesmo tempo, em um país com a centralização fiscal brasileira, não é possível aos estados e municípios dispor dos recursos financeiros necessários para provocar o salto educacional de que o Brasil precisa. A tarefa de revolucionar a educação brasileira exige uma aliança clara em todos os níveis da Federação, que permita a execução de uma política unitária, embora descentralizada, contando com recursos públicos da União, dos Estados e dos Municípios. Exige mais ainda - um programa que tenha duração muito além do mandato de um governo.

A mudança do quadro educacional do Brasil vai exigir um programa de longo prazo - de pelo menos 15 anos - e amplo, que envolva todos os partidos políticos e os poderes executivo, legislativo e judiciário, nas 27 Unidades da Federação, nos 5.561 municípios, com o apoio de toda a sociedade. O ponto de partida para isso é um conjunto de metas definidas por nossos líderes, Prefeitos, Governadores e pelo Presidente da República, a ser realizadas por todos nós, povo brasileiro, ao longo de nossa história futura: até o segundo centenário de nossa independência em 2022.



E POSSÍVEL

**METAS EDUCACIONAIS PARA ANTES DO SEGUNDO
CENTENÁRIO DE NOSSA INDEPENDÊNCIA**

1. 100% das crianças até 14 anos na escola até 2006;
2. 100% das crianças até 17 anos na escola até 2010;
3. Abolição do trabalho infantil até 2006;
4. Abolição da prostituição infantil até 2006;
5. O Brasil Alfabetizado - 2006;
6. Toda criança alfabetizada até os dez anos de idade até 2006;
7. 95% das crianças terminando a 4^o série - 2010;
8. 80% das crianças terminando a 8^o série - 2006;
9. 80% dos jovens até 17 anos concluindo o ensino médio- 2010;
10. O Brasil ocupar posições de destaque no Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes-2015;
11. Toda escola de ensino fundamental com horário integral até 2010;
12. Toda escola de ensino médio com horário integral até 2015;
13. Novo ensino profissionalizante implantado - 2004;
14. Garantia de matrícula para toda criança a partir dos 4 anos até 2006;
15. Toda criança de 0 a 3 anos com apoio nutricional e assistência pedagógica até 2006;
16. Todo professor com formação adequada até 2006;
17. Implantação do Programa de Valorização e Formação do Professor - 2004;
18. Duplicar o salário médio do professor até 2007;
19. Definição de piso salarial do professor - 2003;
20. Criação do Fundeb - 2004;
21. Ampliação do valor do Fundef - 2003;
22. Implantação do Sistema Brasileiro de Formação do Professor - 2004;
23. Definição de um novo projeto para a universidade brasileira - 2003;
24. Ampliar a autonomia das Universidades Federais a partir de 2003;
25. Criação do PAE, o novo FIES - 2003;
26. Recuperação do sistema de Hospitais Universitários até 2005;
27. Preenchimento das vagas ociosas e aumento do número de vagas nas universidades a partir de 2003;
28. Implantação da Universidade Aberta do Brasil - 2003.

Em no máximo duas décadas, antes do segundo centenário da independência, o Brasil poderá ter atingido todas as nossas metas educacionais. Mas elas não serão executadas por nenhum Governo Federal se não contarem com o apoio nítido e o envolvimento de cada Governo Estadual e Municipal. É até mais fácil um único Governo Estadual

cumprir metas educacionais no seu estado do que o Governo Federal sozinho conseguir cumpri-las em qualquer dos estados. Por isso, as metas acima são um ponto de partida para um debate que dê continuidade às conversas que tive com alguns dos secretários que recebi em Brasília ou visitei em seus estados.

Cabe a nós trabalhar, em nome do Presidente, dos Governadores e dos Prefeitos, o processo que vai permitir transformar essa realidade nas metas que temos diante de nós. O Brasil tem os recursos necessários para superar essa tragédia e vergonha; tem os professores necessários; uma universidade com mais de três milhões de alunos, uma indústria capaz de produzir todos os equipamentos e imprimir todos os livros e construir as escolas. Basta querer usar os recursos, públicos e privados, para realizarmos as metas necessárias para os próximos anos e décadas.

O horizonte de realização das metas é longo, mas sua implementação não pode esperar. Para isso, em primeiro lugar, será preciso levar adiante os projetos e programas iniciados nos governos anteriores que tiverem bons resultados. Além disso, será preciso definir com clareza os projetos que juntos vamos seguir nos próximos anos. A atual Administração do MEC sabe que não pode, nem deve, propor medidas para ser seguidas pelos Governos Municipais. Entretanto, submetemos a vocês as linhas gerais de ação, que permitirão realizar as metas definidas anteriormente. Tais linhas de ação foram apresentadas ao CONSED, em reunião no dia 25 de abril do corrente, em Natal/RN.

7 - OS PILARES

Desde o início do governo ficou claro que temos três grandes movimentos adiante: alfabetizar o Brasil, construir a universidade do século XXI e iniciar a implantação da Escola Básica Ideal. Esses movimentos serão realizados por intermédio de cinco pilares:

- Valorização, formação e motivação de todos os nossos professores;
- Universalização da educação até o final do Ensino Médio;
- Alfabetização de todos os adultos;
- Recuperação e ampliação física das escolas;
- Equipamento pedagógico das escolas e extensão do livro didático para o Ensino Médio.

Esses são os pilares que permitirão colocar o Brasil em uma posição decente, antes de completarmos nosso segundo centenário de independência. Serão perfeitamente viáveis se formos capazes de construir uma grande coalizão nacional pela educação. Um pacto que nos permita garantir os recursos orçamentários

necessários para 2004 e os anos seguintes, independentemente do governo que esteja no poder, no plano federal e em cada um de nossos estados e municípios. Foi assim que países como Malásia, Espanha, Coréia e Irlanda fizeram nas últimas décadas: formularam planos que foram além do horizonte de seus governos, planos garantidos pela sociedade como um todo. Como, aliás, o Brasil conseguiu fazer em seus projetos, como a industrialização, a construção de Brasília, sua rede de hidrelétricas. Chegou a hora da educação.

Com essa coalizão pela educação será possível realizar os projetos que submeto a seguir para debate nesse fórum nacional, consciente de que nada poderá ser feito pela educação brasileira sem a vontade dos Estados e Municípios, e comprometido a dar o apoio necessário da parte da União. Ao apresentá-los, o MEC não tem a pretensão de impor qualquer caminho, apenas tomar a iniciativa de trazer as idéias que já foram debatidas, ao longo os últimos três meses, com muitos dos secretários.

VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO E MOTIVAÇÃO DOS PROFESSORES

a) Coordenação de Valorização e Formação do Professor do Ensino Básico:

Para coordenar todo o trabalho de apoio aos professores, sua valorização, formação e motivação, o MEC está criando uma Coordenação de Valorização e Formação do Professor do Ensino Básico, diretamente ligada ao Ministro da Educação, e com a finalidade de zelar por todos os aspectos que visem a apoiar os professores e professoras do Brasil. Para que cada estado ou município possa ser beneficiado por programas voltados à valorização e formação de professores, deverá também criar em sua Secretaria de Educação uma Coordenação de Valorização e Formação do Professor.

b) Valorização do professor:

Para que tenhamos uma educação de qualidade será preciso mudar três coisas que formam uma única: a formação, a remuneração e a dedicação - a cabeça, o bolso e o coração - do professor. A base da qualidade educacional está no conjunto do Trabalhador da Educação, especialmente o Professor. No futebol, a partida é impossível sem a presença de cada um dos envolvidos: médico, massagista, cozinheiro, jardineiro, mas é o jogador quem faz o gol. Na educação, é impossível a escola sem merendeira, o auxiliar de secretaria, o vigilante, mas é o professor quem faz o aluno aprender. É ele que arma a jogada para que aconteça o conhecimento dentro da cabeça de nossos alunos.

Por essa razão, uma política educacional voltada para a mudança da educação brasileira, ao longo dos próximos anos e décadas, tem de apoiar todos os trabalhadores da educação, mas muito especialmente e de imediato, transformar o professor no centro do processo social brasileiro, num trabalhador especial e privilegiado, remunerando-o bem, dando-lhe novos incentivos e, ao mesmo tempo, exigindo dele uma permanente melhoria na qualificação, no desempenho e na dedicação.

Isso é impossível de ser feito apenas com o esforço do Governo Estadual ou Municipal e ainda menos, do Governo Federal, que não é o empregador da imensa maioria dos professores. Por isso, a proposta que trago a cada um de vocês é no sentido de nos unirmos em um grande esforço nacional, de governantes com as lideranças nacionais e todo o povo, para privilegiar o professor, mediante programas tais como:

Estabelecimento de um Piso Salarial para o professor - Estamos concluindo proposta de um anteprojeto de lei a ser encaminhado pelo governo ao Congresso, que define um Piso Mínimo de Salário para os professores brasileiros, na mesma forma como o Brasil define anualmente um salário mínimo para o conjunto dos trabalhadores. Para tornar viável esse piso, obviamente será preciso contar com a colaboração do Governo Federal e a participação dos governos estaduais e municipais, por meio do FUNDEB;

Elevação do Salário Médio do professor - Para a melhoria da qualidade da escola não basta a definição de um Piso Salarial. Dentro das prioridades do governo do Presidente Lula, será preciso aumentar o salário médio anual dos professores, em até cem por cento, até 2007, passando dos atuais R\$ 530,00 para RS 1.000,00, no conjunto do Brasil, de forma diferenciada, para beneficiar sobretudo os professores que hoje ganham menos; e também diferenciada conforme a formação, a dedicação e o desempenho do professor na aprendizagem dos alunos. Para realizar esse aumento de salário, em quatro anos, 30%, 20%, 20% e 20% em 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente, será preciso, em 2004, um esforço conjunto das três esferas governamentais inferior a 1% da receita do setor público. O aumento do salário pode contar com o apoio do Governo Federal nos Estados ou Municípios que desejarem participar desse esforço.

Implantação de benefícios sociais adicionais aos professores - Para complementar o salário monetário, é preciso conceder benefícios adicionais aos professores, como: financiamento para aquisição da casa própria, financiamento para aquisição de equipamentos de informática, atendimento especial à saúde, apoio ao lazer, acesso a livros, jornais e outros materiais bibliográficos. O Ministério das Cidades está ultimando um programa que atenderá professores com renda de 1 a 2 salários mínimos.

c) Formação do Professor:

O aumento de salário não será, porém, um instrumento automático de melhoria da qualidade da educação. Para que ele surta efeito, deverá vir acompanhado de uma mudança na dedicação do professor. Por isso, o aumento do Piso Salarial sendo amplo e geral, o aumento nos valores adicionais de salário será vinculado a:

- Implantação de um Programa de Incentivo à Formação Continuada e à Dedicação Efetiva ao Ensino;
- Definição dos critérios para assegurar a ascensão salarial dos professores;
- Implantação de uma Rede Nacional para a Formação do Professor que ofereça a possibilidade de formação continuada a todos os professores que desejarem, não importando onde morem, nem suas dificuldades de tempo;
- Criação da Universidade Aberta do Brasil, que terá papel importante na formação continuada de todos os professores;
- Bolsas de pesquisa para os professores do Ensino Médio e Profissional e parcerias onde esses professores possam apresentar seus projetos de pesquisa, contar com um orientador e publicar seus artigos e/ou livros.

UNIVERSALIZAÇÃO DA ESCOLA ATÉ O FINAL DO ENSINO MÉDIO

Para a educação do povo brasileiro, de pouco adianta a valorização do professor, se deixarmos milhões de crianças e jovens fora da escola. O Brasil precisa tomar a decisão de não apenas assistir crianças que estão fora da escola, mas de abolir o trabalho infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a evasão escolar até o final do segundo grau. É preciso estender a universalização não apenas aos serviços escolares, mas também à primeira infância, antes mesmo da escola.

Três passos iniciais são necessários para levar adiante a meta de universalizar todas as nossas crianças até o final do Ensino Médio. Primeiro, encarar os dados estatísticos, levando em conta a vergonha de termos ainda entre cinco e dez por cento de nossas crianças sem matrícula na escola. Enquanto não tivermos cem por cento das crianças matriculadas, não temos nada a comemorar. Segundo, acabar com o fingimento de que universalizar a matrícula é universalizar a escola. Universalizar é matricular e garantir a permanência das crianças na escola. Terceiro, para conseguir essa universalização, sem fingimento, é preciso definir, pela primeira

vez dentro da estrutura administrativa do MEC, um setor diretamente responsável pela inclusão de todas as crianças no sistema educacional brasileiro. O papel do MEC não pode se limitar a cuidar das crianças dentro da escola, mas também garantir que venham para a escola e nela permaneçam todas as crianças brasileiras até o final do Ensino Médio.

a) Secretaria da Inclusão Educacional

Estamos transformando a Secretaria da Bolsa-Escola em uma Secretaria da Inclusão Educacional, para colaborar com as secretarias estaduais e municipais no sentido de, muito mais do que administrar esse programa, garantir uma ação ativa para atrair e manter as crianças no processo educacional, desde a primeira infância, até o final do ensino médio. Para beneficiar-se dos projetos federais de inclusão educacional, cada município deverá criar um setor específico dedicado a ela. Em cooperação, a Secretaria da Inclusão Educacional e os setores municipais e estaduais terão como funções imediatas: abolição do trabalho infantil e da exploração sexual da criança e do adolescente, garantia de bolsa pré-escolar, apoio aos jovens no ensino básico e apoio à ampliação da jornada escolar.

b) Abolição da exploração sexual de crianças e adolescentes

É possível abolir essa vergonha nacional se adotarmos algumas medidas simples, numa cooperação do Ministério da Educação, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Justiça, o Ministério da Assistência e Promoção Social e as secretarias estaduais e municipais:

- Garantir uma Bolsa-Escola com valor satisfatório a todas as crianças que hoje se encontram em situação de exploração sexual. Tal medida pode ser financiada com recursos exclusivos do Governo Federal, naqueles estados e municípios que aceitem firmar o compromisso de abolir a exploração sexual de crianças e adolescentes em dois anos, comprometendo-se a:

- Definir um responsável direto pelo assunto, encarregado não apenas de assistir as criança e adolescentes, mas de abolir o problema; não apenas de fiscalizar, mas de acompanhar, dia a dia, o andamento do problema e elaborar uma lista para o prefeito, com os nomes de todas as crianças e adolescentes sob exploração sexual no município;

- Acompanhar o dia-a-dia de cada uma dessas crianças e adolescentes;

- Criar o necessário apoio pedagógico, psicológico e o encaminhamento para programas de emprego a suas famílias;
- Implantar, com a colaboração do Governo Federal, o programa de aplicação de jornada ampliada e horário integral para essas crianças;
- Reprimir com rigor todos os adultos envolvidos no crime organizado da exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive os pais, sobretudo os turistas estrangeiros e nacionais, os donos de hotéis, os motoristas de táxi, mas quaisquer outros;
- Fechar todo estabelecimento envolvido em atividades de exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Colocar nas cidades, em local visível, um cartaz com os dizeres "Diga não à exploração sexual de crianças e adolescentes".

c) Abolição do trabalho infantil e de crianças na rua

É uma vergonha o Brasil ter ainda 5,5 milhões de crianças trabalhando e, destas, 2,5 milhões totalmente fora da escola. O Brasil tem condições de abolir essa trágica vergonha desde que atuem juntos o Ministério da Educação, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e as Secretarias Estaduais e Municipais. Dessa forma, é preciso que:

- O Governo Federal assuma um valor correto para a Bolsa Escola, capaz de retirar as crianças do trabalho nos estados ou municípios que assumam o compromisso de abolir o trabalho infantil no prazo de dois anos;
- Os Governos Estaduais e Municipais, com o auxílio do Governo Federal, criem as condições para garantir vagas em escolas de tempo integral para essas crianças e adolescentes, com acompanhamento pedagógico, psicológico e encaminhamento imediato de suas famílias a programas de empregos, com a expectativa clara de empregos para aqueles, quando terminarem seus cursos;
- Seja elaborada uma lista para o prefeito com os nomes de todas as crianças e adolescentes que trabalham no município e acompanhadas as ações destinadas a retirá-los do trabalho e encaminhá-los à escola;
- Seja definido um responsável direto pelo assunto, encarregado não apenas de assistir as crianças e os adolescentes, mas de abolir o problema, não apenas fiscalizando, mas acompanhando sistematicamente o andamento do

problema;

- Sejam colocados na cidade, em local visível, cartazes com os dizeres "Diga não ao trabalho infantil".

d) Garantia de uma Bolsa Primeira Infância

Permitindo a cada mãe alimentar e atender seus filhos em idade pré-escolar, eliminando a vergonha nacional e a tragédia educacional de tantas mães e pais obrigados a trancar os filhos em casa para ir ao trabalho. Essa bolsa será acompanhada de uma cesta com brinquedos pedagógicos, enquanto o Brasil não oferece uma creche de qualidade para todas as crianças. O Governo Federal se disporá a financiar integralmente parte desse programa naqueles estados e municípios que assumam a responsabilidade de financiar a outra parte, realizando programas educacionais voltados às mães, como condição necessária para receber o salário pré-escola.

e) Fim da evasão escolar até o final do Ensino Médio

Nenhum outro país com o nível brasileiro de renda tem tão baixa porcentagem de conclusão do Ensino Médio quanto a que apresenta o Brasil. Não há justificativas para comemorarmos o segundo centenário da independência sem termos cem por cento de nossos jovens concluindo o Ensino Médio. Para isso, além de professores bem treinados, motivados e bem remunerados e de uma boa escola, atraente e com qualidade, o caminho mais rápido consiste em:

- Fortalecer o sistema de Bolsa Escola, fazendo-o por família, garantindo-o até o final do Ensino Médio, com um valor mínimo de 1/4 do salário mínimo vigente, por família.
- Criar o sistema de Poupança Escola que vem sendo proposto pela equipe encarregada de estudar a unificação dos programas de transferência de renda, para todos os alunos no Ensino Médio, no valor de R\$ 100,00 por ano; por esse programa, cada criança do Bolsa-Escola receberia um depósito em caderneta de poupança se passar de ano, só podendo efetuar o saque no final do seu curso médio e caso abandone a escola antes disso, perde todo o depósito efetuado;
- Criar o Programa Nacional de Eliminação da Evasão Escolar, a ser coordenado por um encarregado da Inclusão Educacional em cada secretaria estadual ou municipal de educação, responsável pelo acompanhamento do problema e da definição de formas para enfrentar e evitar a evasão escolar.

f) Ampliação da jornada escolar

A meta central da educação com qualidade e sem evasão é a ampliação da jornada da escola até a implantação do horário integral até 2015. A partir deste ano, o Ministério da Educação, em acordo com o Ministério do Esporte, está em condições de iniciar essa ampliação, por intermédio do Programa Segundo Tempo. Os governos estaduais e municipais que desejarem terão apoio dos citados Ministérios para manter alunos da rede pública com atendimento em período extra, em atividades esportivas e de recuperação ou complementação. Para tanto, o governo local deve mobilizar locais onde essas atividades poderão ser realizadas, dentro ou fora da escola e o Governo Federal apoiará com o pagamento de uma pequena remuneração de jovens tutores.

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Não basta alfabetizar mais, é preciso abolir o analfabetismo entre os adultos do Brasil no prazo de quatro anos. Nem basta apenas alfabetizar, é preciso introduzir na população o gosto pela leitura. Além disso, é preciso também "fechar a torneira" que produz os futuros adultos analfabetos ao não alfabetizar nossas crianças nas primeiras séries do ensino fundamental. Para isso, três grandes campanhas serão necessárias:

a) Brasil Alfabetizado

Muitos países já mostraram que é possível erradicar o analfabetismo de adultos. Nenhum tem mais condições que o Brasil. Se todos os universitários brasileiros dedicassem apenas seis horas semanais durante um semestre de seus cursos, conseguiríamos alfabetizar 120 milhões de adultos em quatro anos. Bastaria, portanto, que apenas 20% dos universitários dedicassem um semestre como alfabetizadores e teríamos todos os vinte milhões de brasileiros analfabetos devidamente alfabetizados. Bastaria que 3% a 5% dos militantes filiados a partidos políticos quisessem se dedicar à tarefa de alfabetizar o Brasil e o País seria alfabetizado em apenas quatro anos.

Mas, para evitar contar somente com o voluntariado, o Governo Federal optou pelo caminho de financiar o programa da seguinte maneira:

- O MEC assina convênios pagando, para tanto, o valor de R\$15,00 por alfabetizado a qualquer governo estadual ou municipal, ou entidade não-governamental que deseje assumir o compromisso de abolir o analfabetismo de um grupo social, no prazo de quatro anos;

- Para tanto, além da prestação de contas anual, o MEC quer que o governo ou a entidade coloque placas, visíveis para o público, indicando o seu compromisso em número de alfabetizados e nos prazos correspondentes; além disso, quer que a cidade ou estado coloque placas indicando quantos são ainda os analfabetos no momento, exibindo um placar da redução do analfabetismo, à medida que o processo avança.

b) Leituração

O MEC tem consciência de que não basta alfabetizar os analfabetos absolutos, é preciso recuperar a leitura entre os analfabetos funcionais, manter a leitura de todos os alfabetizados e, inclusive, ampliar a leitura. Para isso temos cinco projetos em andamento:

1) Coleção "É Só o Começo" - já estão prontos os primeiros três títulos de livros reescritos dentro dos limites cognitivos e dos gostos temáticos do recém-alfabetizados ("Escrava Isaura", "Triste fim de Policarpo Quaresma" e "Garibaldi e Manuela"). Na Bienal do Livro, em maio deste ano, será lançado o livro "Alfabetização: Práticas e Reflexões - Subsídios para o alfabetizador", direcionado ao alfabetizador voluntário.

2) Mala do Livro - a meta do MEC é implantar, até o final do governo, 100 mil malas do livro, formando uma imensa rede de micro-bibliotecas domiciliares com um total de 40 milhões de livros que estarão nas ruas dos bairros mais pobres e com menor grau de educação. As primeiras 3.000 malas do livro já estão previstas para 2003. As seguintes serão levadas aos Estados e Municípios que se inscreverem e desejarem colaborar com a implantação do projeto em suas cidades, cuidando da administração local do projeto;

3) Agente de Leitura - em colaboração com os Ministérios da Saúde e das Comunicações, o MEC implantará um sistema envolvendo agentes que levarão livros e difundirão a leitura nas casas da população recém-alfabetizada;

4) Cesta Básica - o MEC propôs a inclusão de livros na lista de bens que compõem a cesta básica em qualquer dos programas sociais dos governos e entidades não-governamentais;

5) Primeiro Livro - o MEC garantirá, a cada prefeito que desejar, um livro a ser presenteado, ainda na maternidade, a cada criança que nascer no município.

c) Primeiras Letras na Primeira Infância

O MEC convida todos os governos estaduais e especialmente os municipais para uma campanha ao longo dos anos 2003, 2004 e 2005 para garantir a alfabetização de todas as nossas crianças na primeira série do ensino fundamental. Isso será possível com programas de aceleração, formação de professores e remuneração especial para aqueles que se envolverem nesse objetivo.

RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS

Com o apoio do Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), graças a projeto em negociação, o MEC se propõe a financiar amplo trabalho de recuperação e ampliação física de 145 mil escolas em todo o Brasil, por meio do FNDE, com os estados e municípios, no valor de R\$5,73 bilhões.

Os estados e municípios farão o diagnóstico das condições físicas de cada uma de suas escolas, tais como instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas e conservação geral do prédio. Além disso, deverão apresentar as necessidades de ampliação do espaço físico, levando-se em conta a perspectiva de aumento da jornada escolar diária.

Para efetivar esse programa, serão firmados convênios com os estados e municípios, podendo também o MEC/FNDE promover assessoramento técnico no processo de diagnóstico, contratação e execução das obras e demais empreendimentos.

EQUIPAMENTO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS E EXTENSÃO DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO:

Estamos negociando outro projeto com o Banco Mundial e o BID, para garantir o livro didático no Ensino Médio, iniciando, já em 2003, o processo de seleção e produção, para que, no ano letivo de 2005, o livro esteja em sala de aula. O projeto prevê ainda a atualização tecnológica das escolas, envolvendo o MEC, FNDE, estados e municípios, no valor de R\$1,28 bilhão.

Os estados e municípios farão diagnósticos das necessidades de suas escolas em relação ao mobiliário, equipamentos de cozinha, apoio à administração, informática e equipamentos de telecomunicação. Além disso, para o ensino médio, poderá ser feita a atualização ou implantação de laboratórios básicos nas áreas de ciências, física, química e biologia, de acordo com o plano de cada município.

Também nesse caso serão firmados convênios com os estados e

municípios, podendo o MEC/FNDE assessorar tecnicamente o plano de atualização tecnológica da escola.

8 - PROGRAMAS COMPLEMENTARES EM ANDAMENTO

Além dos eixos professor, universalização, alfabetização, recuperação e equipamento, podemos anunciar as seguintes ações do MEC já em andamento ou previstas para o próximo ano:

a) FUNDEF: O Governo Federal está estudando a proposta de aumento do valor do FUNDEF para R\$500,00. Será um aumento efetivo de 20%, desde o valor deixado em 31/12/2002.

b) FNDE: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.
Estamos prontos para:

- Implantar a merenda nas creches, já a partir de 2004, no valor de R\$ 0,1.3 *per capita*, significando mais R\$18 milhões por ano;
- Atender, em 2004, a merenda escolar ao longo dos 365 dias, dentro do Programa Fome Zero, desde que incluído esse valor no PPA e no orçamento/2004;
- Aumentar o valor *per capita* da merenda escolar para R\$ 0,18, desde que incluído esse valor no PPA e no orçamento/2004;
- Levar o programa de biblioteca da escola até a 8ª série, já em 2003, o que significará passar de 20 milhões de livros para 40 milhões de livros anuais distribuídos aos alunos;
- Implantar o Programa Nacional da Biblioteca do Professor, pelo qual serão distribuídos livros para a biblioteca pessoal de cada professor;

- Garantir o compromisso de, em 2003, elevar o financiamento ao transporte escolar dos 500 municípios atualmente previstos para 1.200 municípios, promovendo um acréscimo do gasto previsto no atual orçamento aprovado pelo Congresso Nacional de R\$27 milhões para R\$ 60 milhões, possibilitando o atendimento de 96.000 alunos matriculados no ensino fundamental e nas escolas que atendem crianças portadoras de necessidades especiais. Realizar, ao longo deste ano, consulta aos estados e municípios sobre as suas necessidades quanto ao transporte escolar e também estudos

com vistas a estabelecer, a partir de 2004, critérios para atendimento aos municípios, por meio de compra ou de aluguel de veículos, considerando: número e percentual de alunos da zona rural transportados, quilometragem rodada no atendimento aos alunos residentes na área rural, percentual orçamentário de investimento em educação; percentual de escolas de 1ª a 4ª série na zona rural e percentual de alunos na zona rural;

- Aumentar o atendimento, já em 2003, do Programa Recomeço, de 1.772 para 2.016 municípios, significando um aumento de 1.226 milhões para 1.549 milhões de alunos (aumento dos recursos de R\$305 milhões para R\$387 milhões).

c) SEED - Secretaria de Educação a Distância:

- *Programa TV Escola:*

1) trocar as antenas parabólicas analógicas por digitais em 12.000 escolas (recurso previsto no orçamento/2003);

2) equipar com o *kit* TV, vídeo e antena parabólica digital mais 7.000 escolas de Ensino Fundamental, passando a atender todas as escolas públicas com mais de 100 alunos e todos os 5.561 municípios brasileiros (recurso novo).

- *Curso "TV na Escola e os Desafios de Hoje":*

1) ampliar a oferta de 10.000 para 30.000 professores, em parceria com as secretarias estaduais de educação e as universidades públicas, nos 27 estados (recurso novo).

- *PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação:*

1) equipar com mais 10.000 computadores as escolas públicas (8.000 com recurso previsto no orçamento/2003 e 2.000 com recurso novo);

2) capacitar mais 12.000 professores/gestores (sendo 10.000 com recurso previsto no orçamento/2003 e 2.000 com recurso novo).

- *Educação Superior:*

1) criar 10.000 novas vagas em programas de formação de professores com o uso da educação à distância, em parceria com as universidades públicas e secretarias estaduais e municipais de educação (recurso novo).

d) SEF-Secretaria de Educação Fundamental:

- Expansão e melhoria da qualidade do atendimento às crianças de 4 e 5 anos de idade, com vistas a sua universalização. Com esse projeto pretende-se apoiar as localidades de maior concentração de pobreza, na formação de professores e em recursos financeiros para compra de material didático que beneficiará aproximadamente 3 milhões de alunos. Imediatamente daremos início a esse projeto e para tal já contamos com recursos na ordem de R\$173 milhões.
- Para superarmos a situação do "analfabetismo" das crianças que na 4ª série (59%) ainda não desenvolveram as habilidades básicas da leitura e de operação matemática (52%), o MEC estimulará a ampliação gradativa da jornada escolar para reforçar e acompanhar o processo de aprendizado dos alunos nas áreas de português e matemática e a formação de jovens monitores, estudantes das séries finais do Ensino Fundamental, para acompanhar os estudos dessas crianças.
- Ampliação da duração do Ensino Fundamental para 9 anos, incluindo-se, inicialmente, 460.000 crianças de 6 anos de idade que não frequentam a Pré-Escola. Para esse projeto, o MEC necessitará da ampliação dos recursos do FUNDEF, na ordem de R\$2,6 bilhões. O projeto já está pronto e aguarda-se os repasses financeiros para o FUNDEF para o início de sua implementação.
- Expansão da oferta de matrícula para a população de 7 a 14 anos de idade que se encontra fora da escola. Com a inclusão dos 3% dessa população 926.600 crianças e adolescentes - nos próximos dois anos, universalizaremos o Ensino Fundamental. Para tanto, será necessária a ampliação dos recursos do FUNDEF em R\$760 milhões, nos próximos dois anos.
- Implantação gradativa da Escola de Tempo Integral nas escolas de Ensino Fundamental das redes estadual e municipal. A ampliação dos recursos do FUNDEF na ordem de R\$34 milhões contribuirá para o cumprimento dessa meta. Entretanto, o MEC impulsionará, com recursos do FUNDESCOLA, duas escolas da rede municipal e uma da rede estadual por estado e três do DF, envolvendo 81 unidades escolares, sendo 1.620 classes de 1ª e 2ª série do Ensino Fundamental, e beneficiando 48.600 alunos.
- Implantação da gestão democrática da educação eficiente e participativa. Uma educação com qualidade social tem na democracia seu eixo central, sob o qual devemos construir uma ação educativa transformadora e libertadora,

para que os sistemas, e especialmente as escolas, sejam espaços de exercícios coletivos e de conquista de direitos. Nesse sentido, já nos próximos meses, o MEC investirá na capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação, por meio de cursos de formação, numa ação conjunta com o Poder Legislativo, e realizará uma série de encontros regionais para debater e apoiar a formulação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Estão alocados, inicialmente, para essas ações, R\$ 157.000,00.

- Implementação do Projeto Escola-Ativa, voltado às classes multisseriadas em pequenas escolas da zona rural, combinando uma série de elementos de caráter pedagógico-administrativo;

- Reformulação dos critérios de Atendimento nas Normas de Assistência Financeira do FNDE destinados às transferências financeiras voluntárias para estados e municípios, após análise dos projetos apresentados à SER Com R\$60 milhões apoiaremos até 5.200 projetos de educação pré-escolar, fundamental, indígena, cultura afro-brasileira, educação de jovens e adultos e paz na escola voltados para a formação continuada dos docentes e preparação de material didático. Especial atenção será dada ao financiamento de programas de formação continuada que visem à regularização do fluxo escolar e no trabalho com crianças com dificuldade de aprendizado. Desta forma, em 2003, ampliaremos em mais de 10 vezes a abrangência aos projetos. Com mais os recursos do FUNDESCOLA, totalizaremos R\$ 122,5 milhões para a assistência aos estados e municípios.

- Implantação do Programa Nacional de Valorização e Formação de Professores. O programa será apresentado e discutido com Estados, Municípios, CONSED, UNDIME, Sindicatos, Instituições de Ensino Superior e demais organizações da Sociedade Civil. O Programa tratará de questões fundamentais, tais como: política salarial, diretrizes de carreira, benefícios sociais, formação inicial e continuada, sistema nacional de avaliação para fins de certificação docente.

e) SEMTEC-Secretaria de Educação Média e Tecnológica:

- Plano de Educação para a Ciência visando incorporar a prática e a reflexão científicas na vida escolar e social dos adolescentes, jovens e adultos;

- Obrigatoriedade do Ensino Médio para os alunos que concluírem a 8ª série no exercício de 2003;

- Operacionalização do PROMED — Programa de Expansão do Ensino Médio, com recursos já assegurados, visando à ampliação e reformas de escolas;
- Formação continuada de professores.

f) Proposta de criação do FUNDEB, em substituição ao FUNDEF:

Medida apresentada pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria MEC nº 71, de 27/1/2003, que englobará a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, bem como os alunos da Educação de Jovens e Adultos e do ensino supletivo.

g) CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior:

- Em articulação com a SEMTEC e o CONSED, a CAPES e o MEC patrocinarão estágios para bolsistas no ensino médio.

9-0 SISTEMA

O sistema educacional brasileiro é descentralizado na execução e no financiamento. Sem romper com a descentralização federativa, é preciso transformar o ensino básico em um sistema integrado nacionalmente, mesmo que descentralizado na execução. Para isso, propomos de imediato:

- a) Uma comissão MEC, UNDIME e CONSED para compatibilizar os orçamentos em educação da União, Estados e Municípios para 2004, levando em conta as potencialidades e revendo a participação justa de cada esfera governamental;
- b) A implantação de sistemas nacionais de valorização, formação e avaliação de professores;
- c) Um órgão para a cooperação e utilização de conteúdos, métodos e experiências bem-sucedidas e comprometidas com a melhoria da qualidade do ensino e do aprendizado no Brasil.

10 - A COALIZÃO

Com esses programas será possível assumirmos, entre nós, e levarmos

aos nossos Governadores, Prefeitos e Presidente, os objetivos gerais que podemos começar a cumprir desde já, visando a chegar em 2022, no nosso segundo centenário da independência, com um país educado, livre da vergonha nacional da baixa escolaridade, que decorre do pouco caso secular de nossas autoridades diante da educação de nosso povo.

Uma grande coalizão nacional pode considerar a possibilidade de definir a distribuição dos custos entre as três esferas de governo, em um esforço perfeitamente possível, caso Estados, Municípios e União, com o apoio da sociedade, decidam levar adiante para mudar o Brasil dentro de poucos anos. Assim construiremos um país com um nível de educação digno para suas crianças, elevando a produtividade, reduzindo a violência, abolindo a pobreza e acabando com a vergonha e tragédia nacionais mostradas pelos indicadores atuais.

Na assinatura do protocolo de intenções firmado entre o MEC e a CNI para alfabetização de 2 milhões de adultos, no dia 23 de abril do corrente, o Presidente Lula fez referência à necessidade de um pacto nacional pela educação. Quero submeter à análise de vocês e à vontade de nossos Prefeitos, Governadores e de nosso Presidente a sugestão de que os Planos Plurianuais ora em elaboração e os orçamentos futuros contemplem os recursos necessários para realizar a mudança que o Brasil espera há 500 anos. Todos os estudos mostram que não serão necessários recursos além da taxa de 7% do PIB, aprovada pelo PNE. Caso aprovados pela UNDIME e pelo CONSED, serão levados ao parlamento e à sociedade em geral, de maneira que não se limitem a um plano federal, estadual ou municipal, mas de todo o setor público, União, Estados e Municípios e de toda uma geração de brasileiros. Será preciso também que nesse grande acordo haja o compromisso de aumentos a partir de 2004 nos orçamentos dos anos seguintes.

Durante a reunião do CONSED, ocorrida no dia 25/4/2003, em Natal/RN, os Secretários Estaduais de Educação assinaram um protocolo comum com o Ministro de Estado da Educação, sobre o futuro imediato da educação no Brasil.

II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSED - 2003

Natal-RN, 25 de abril de 2003.

O Ministro de Educação e os Secretários de Estado de Educação, representando a União, os 26 Estados e o Distrito Federal, reunidos na Cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, nesta data,

CONSIDERANDO QUE:

- É entendimento unânime que a forma mais eficaz de buscar-se a redução das desigualdades sociais é aumentar o nível de escolaridade da população brasileira;
- Somente com o incremento permanente e contínuo do nível de educação da população, o Brasil, em todos os seus Estados, conseguirá resgatar uma dívida com a sociedade que tem origem no século XIX;
- A oferta de uma escola pública de qualidade para todos só será alcançada com efetivo comprometimento dos professores;
- O Programa do Grande Mutirão para Recuperação, Ampliação e Equipamento das Escolas Brasileiras, bem como o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, apresentados pelo MEC na reunião do CONSED, realizada nesta data, envolvendo investimentos de R\$6,93 bilhões, a serem efetuados durante o período 2004/2007, em toda a extensão do território brasileiro, é peça fundamental e insubstituível para iniciar-se de forma definitiva o resgate do país com a educação de sua população;

RESOLVEM:

- Unir esforços para construção de uma política nacional de valorização do magistério, assegurando a participação da União, dos Estados e dos Municípios;
- Unir esforços também para que o Brasil consiga em poucos anos universalizar a matrícula e a permanência de todas as crianças e jovens brasileiros até o final do Ensino médio;
- Garantir total envolvimento na campanha do Brasil Alfabetizado;
- Manifestar seu apoio integral ao Grande Mutirão para Recuperação, Ampliação e Equipamento das Escolas Brasileiras e ao Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio em todo o Brasil;

- Garantir todo o apoio necessário, no âmbito de cada uma das unidades da Federação, para o sucesso da implementação destes programas;
- Solicitar, ao Governo Federal e aos governos estaduais, a inclusão destes programas no PPA Programa Plurianual 2004/2007 e na LOA - Lei Orçamentária Anual de 2004;
- Solicitar ao Senado Federal e à Câmara Federal que garantam a prioridade na aprovação dos programas em referência;
- Solicitar, em nome de cada um dos 26 Estados e do Distrito Federal representados nesta reunião do CONSED, às autoridades competentes do Banco Mundial e Interamericano, que seja dado o apoio técnico, institucional e financeiro indispensável à implementação dos referidos programas.

Por fim, os signatários deste documento, que pretendem seja emblemático para o futuro do desenvolvimento da Educação no Brasil, **COMPROMISSO DE NATAL**, manifestam que nenhum Governo, de nível algum, de partido algum, terá sucesso, enquanto a toda criança não for garantido o acesso à alfabetização, a todo jovem a possibilidade de sonhar com o acesso ao conhecimento e a qualquer pessoa o acesso a cidadania. E não haverá cidadão sem educação. O Brasil melhor de todos é um Brasil comprometido com a educação.


 Cristovam Buarque
 Ministro da Educação

 Arnóbio Marques de A. Júnior Secretário de Educação do Acre	 Luiz Fernando Moura e Silva Secretário de Educação do Maranhão	 Maria do Rosário de Fátima de Carvalho Secretária de Educação do Rio Grande do Norte
 Rosineide Lima Lins Costa Secretária de Educação de Alagoas	 Gabriel Novis Neves Secretário de Educação de Mato Grosso	 José Alberto Fortunati Secretário de Educação do Rio Grande do Sul
 Maria Vitória da Costa Chagas Secretária de Educação do Amapá	 Hélio de Lima Secretário de Educação do Mato Grosso do Sul	 Darcília Aparecida da S. Leite Secretária de Educação do Rio de Janeiro

 Rosane Marques Crespo Costa Secretária de Educação do Amazonas	 Vanessa Guimarães Pinto Secretária de Educação de Minas Gerais	 César Ucírio Secretário de Educação de Rondônia
 Anaci Bispo Paim Secretária de Educação da Bahia	 Rosa Maria Chaves da Cunha Secretária de Educação do Pará	 Ana Maria Lima de Freitas Secretária de Educação de Roraima
 Sofia Lerche Vieira Secretária de Educação do Ceará	 Neroaldo Pontes de Azevedo Secretário de Educação da Paraíba	 Jacó Anderle Secretário de Educação de Santa Catarina
 Maristela de Mello Neves Secretária de Educação do Distrito Federal	 Maurício Requião de M. e Silva Secretário de Educação do Paraná	 Gabriel Chalita Secretário de Educação de São Paulo
 José Eugênio Vieira Secretário de Educação do Espírito Santo	 Mozart Neves Ramos Secretário de Educação de Pernambuco	 Marcos Aurélio Prado Dias Secretário de Educação de Sergipe
 Eliana Maria França Carneiro Secretária de Educação de Goiás	 Antônio José Castelo Branco Medeiros Secretário de Educação do Piauí	 Maria Auxiliadora Seabra Resende Secretária de Educação de Tocantins

Assinaturas dos participantes da reunião do CONSED

Se formos capazes de construir essa coalizão política necessária para a realização de nossos projetos, eles encontrarão os recursos financeiros atinentes e transformarão em realidade o sonho de um Brasil Educado. Essa é a tarefa que o destino, nacional e pessoal, colocou nas mãos de nossos Prefeitos, Governadores e do Presidente da República, por nosso intermédio e de nossos colaboradores. Independentemente dos partidos a que pertencemos, temos uma tarefa adiante, temos os recursos disponíveis para realizá-la, sabemos como fazer. O Brasil está ansioso por vê-la realizada. Não percamos a chance.

Atenciosamente,


Cristovam Buarque
Ministro da Educação

ANEXO Ministério da Educação

Apesar do pouco tempo de governo e do orçamento herdado, com o qual nossos governos estão trabalhando, nestes cem primeiros dias foi possível realizar os pontos abaixo elencados.

BALANÇO DAS AÇÕES DO MEC

O Ministério da Educação tem três grandes linhas de ação e mais uma auxiliar: abolição do analfabetismo de adultos, implementação de uma escola satisfatória (escola ideal), formulação de um novo projeto para as universidades públicas e privadas e a construção da cidadania a partir da escola.

Nesses três meses houve avanços nessas metas. No entanto, o destaque é para o Programa Brasil Alfabetizado, que pretende ensinar 20 milhões de brasileiros a ler e escrever em quatro anos e mobilizar cem mil alfabetizadores.

As iniciativas do MEC para a implementação do programa começaram em 15 de janeiro, com a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. Ela foi estruturada para ser a articuladora e organizadora dos trabalhos de alfabetização de jovens e adultos que se realizam no Brasil.

Somente com os convênios assinados ou em fase de formalização, já é possível assegurar que a meta de alfabetizar três milhões de pessoas este ano será atingida. O MEC vem realizando convênios, parcerias, comodatos, contratos ou cessões com as principais instituições governamentais e não-governamentais, organismos internacionais e setores empresariais e de classe. Essa medida exige a comprovação, por parte da entidade parceira, de experiência, capacidade de atendimento e de implementação de um sistema de acompanhamento e avaliação.

Entre os diversos acordos, destacam-se: Pirelli (erradicar o analfabetismo no Acre), Unesco, Sesi, CNI, CNBB/MEB, Banco do Brasil/UnB (manual do alfabetizador), Microsoft (gestão de programas), L&PM (edição de três mil livros), LGE (600 mil livros com 12 títulos), Federação dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo e os estados e municípios de Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio de Janeiro e Acre, Recife, Porto Alegre, Natal e Goiânia. No momento, cerca de 40 propostas estão sendo analisadas.

Os critérios jurídicos para estabelecer tais parcerias junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), que é o órgão financiador, já foram definidos.

Está praticamente pronto o cadastro que identifica cada pessoa adulta não-alfabetizada no Brasil, por meio de consulta a cadastros do TSE, INSS, Programa Bolsa-Escola, FAT e Ministérios da Defesa e da Previdência.

Alfabetização das mães do Bolsa-Escola - Um Protocolo de Intenções foi assinado pelo MEC e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres para alfabetizar as mães do Bolsa-Escola, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Caberá ao Ministério o custeio (RS 200 para cada mãe alfabetizada, o que inclui bolsa para a mãe, a professora e gastos com material didático) e a orientação pedagógica do programa. A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres será responsável por estratégias para mobilizar as mães a se alfabetizarem e discutir com elas sistemas de transporte e alimentação e com quem deixar os filhos. A Secretaria conta com ampla rede de apoio como os Conselhos Estaduais e Municipais de Direito das Mulheres, as Delegacias das Mulheres e Organizações Não-Governamentais.

Governos estaduais e municipais deverão dar suporte ao programa, que deverá ser iniciado com aula inaugural dos Ministros Cristovam Buarque e Emília Fernandes. As prefeituras municipais serão orientadas a cadastrar as mães de alunos para a alfabetização.

De acordo com dados da Secretaria Nacional do Bolsa-Escola, o programa vai atender 1.070.000 mães analfabetas absolutas e 1.720.000 mães analfabetas funcionais.

OUTRAS AÇÕES JÁ IMPLEMENTADAS

Merenda Escolar - Mesmo com recursos de um orçamento definido pela gestão anterior, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como Merenda Escolar, teve seu aumento anunciado pelo Presidente da República, como parte das ações implementadas pelo Programa Fome Zero.

O Merenda Escolar é o mais antigo programa social do Governo Federal na área da Educação. O valor *per capita/dia* da alimentação escolar aumentou de RS 0,06 para R\$ 0,13 para os alunos do Ensino Pré-Escolar e das entidades filantrópicas, igualando-se ao valor da merenda para o Ensino Fundamental (que não teve nenhum reajuste). Embora significativo, o aumento é insuficiente.

O repasse para a merenda escolar alimenta diariamente, durante os 200 dias do ano letivo (calendário escolar), o correspondente à população da Argentina.

Uniformes escolares - Por determinação da Presidência da República, o

MEC começa a distribuir, no próximo semestre, os primeiros *kits* de uniforme para alunos do Ensino Fundamental. O projeto-piloto deverá ser realizado em cidades de cada região do Brasil.

Vagas nas universidades - Levantamento do MEC estimou a existência de 35 mil vagas ociosas, devido ao abandono ou mudança de curso. A partir desse diagnóstico, o Ministério tem estimulado o aproveitamento de vagas remanescentes das universidades públicas. Já neste ano letivo, foram preenchidas vagas em quatro universidades.

Outras iniciativas vêm sendo discutidas com os dirigentes das universidades federais para otimizar a utilização de vagas, como o aumento da oferta de cursos no período noturno e o estímulo aos cursos de graduação à distância.

Ainda com relação às universidades públicas, o MEC deve anunciar nos próximos dias o fim dos "entulhos burocráticos". O Palácio do Planalto está analisando portarias preparadas pelo MEC referentes a tais medidas.

AÇÕES ANUNCIADAS, MAS AINDA EM FASE DE ESTUDO.

Piso salarial - O MEC já está discutindo com a Comissão de Educação o projeto de lei que define o piso salarial dos professores, que poderá ser nacional ou regional. A proposta prevê que esse piso seja definido anualmente pelo Legislativo, como já acontece com o salário mínimo. Os critérios estão ainda sendo estudados pelos técnicos do Ministério da Educação e do Congresso Nacional.

Aumento do valor mínimo nacional por aluno/ano do FUNDEF - Relatório de grupo de trabalho instituído pelo ministro estudou a possibilidade de elevação do valor mínimo nacional do FUNDEF para ainda este ano. As sugestões serão encaminhadas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos ministros da área econômica. Uma das propostas do grupo é a elevação do valor mínimo para R\$ 500,00 (alunos de 1ª a 4ª série) e R\$525,00 (5ª a 8ª série).

FUNDEB - Será criado o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que engloba a Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio, em substituição ao FUNDEF - este só contempla o Ensino Fundamental. A sua implementação está em fase de estudo.

PROINFO - Neste ano, mais de mil escolas públicas serão informatizadas e 13 mil educadores serão capacitados para tal fim.

TV Escola - Serão instaladas, este ano, 15 mil antenas digitais nas escolas

públicas e capacitados dez mil educadores por meio de cursos à distância da TV Escola.

Proformação - Este ano, serão capacitados nove mil professores no curso de magistério.

Bolsa-Escola - O programa atende mais de cinco milhões de famílias em 5.561 municípios (99% do total) e paga R\$ 15,00 por criança até um máximo de R\$45,00 por família. 51% das famílias hoje beneficiadas recebem R\$15,00 por mês, 33%, R\$30,00; e 16%, R\$45,00.

A proposta do MEC visa à unificação do valor do Bolsa-Escola em R\$50,00, mesmo patamar previsto para o Programa de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Estudos recentes mostram que 87% dos gastos feitos com o benefício se referem à alimentação.

Essa unificação em R\$50,00 passaria a vigorar a partir de julho. Representa um aumento de 233% para 51% das famílias cadastradas, 67% para 33% das famílias e, para 16%, um aumento de 11%.

Ensino Médio - Já no próximo ano, o MEC vai instituir o aumento optativo de mais um ano no Ensino Médio, como forma de preparar melhor o aluno para a universidade.

Reitores - Outro projeto de lei que será encaminhado pelo MEC acaba com a lista tríplice para a escolha dos reitores das universidades públicas federais. Cada universidade definirá o seu processo de escolha e o reitor mais votado será nomeado pelo Ministro.

FIES (Programa de Financiamento Estudantil) - Está em andamento um estudo para a ampliação do número de alunos beneficiados já em julho próximo. Cem mil estudantes poderão ter acesso ao crédito do Fies, sendo que 30 mil deles terão bolsa gratuita, compensada com a participação no programa Brasil Alfabetizado, como alfabetizador. Os bolsistas serão escolhidos por critérios regionais, currículo escolar e deverão fazer cursos de licenciatura e/ou Pedagogia.

Vagas no ensino superior - O Ministério da Educação pretende dobrar o número de alunos matriculados nas universidades, com investimento no ensino à distância. Atualmente, existem cerca de 250 mil estudantes em cursos regulares de graduação nas instituições públicas. Até o fim de 2006, o MEC quer ter 500 mil alunos ligados a universidades públicas, sendo metade deles matriculada em cursos à distância.

**CANAL DIRETO COM OS SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**

Prezado(a) Secretário(a),

Por *e-mail*, coloco em prática um canal direto de comunicação entre nós: Ministro e Secretários Municipais de Educação.

As mensagens dos secretários chegarão diretamente para o endereço eletrônico: secretariosmunicipais@mec.gov.br, criado exclusivamente para facilitar o nosso diálogo. Obviamente, vocês podem continuar se comunicando comigo por meio do telefone ou falando diretamente com os meus secretários do MEC.

Espero estar iniciando aqui uma ágil e eficiente rede de comunicação entre nós, para troca de experiências, cobranças mútuas e divulgação de resultados.

Abraços,

Cristovam Buarque

Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 9º andar - Brasília/DF - CEP 70047-900

Fone: (61) 410-8523 - Fax: (61) 410-9191

www.mec.gov.br